----------ATA Nº. 9----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022: Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu pelas vinte horas e trinta e cinco minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos e a Senhora Iola Marina Gaspar Baptista, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 8; ----------

2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

3) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

4) Parecer do Auditor Externo sobre a posição financeira do Município de Mealhada em 30/06/2022; ----------

5) Proposta n.º 90/2022 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para aplicação no ano de 2023; ----------

6) Proposta n.º 100/2022 – Derrama; ----------

7) Proposta n.º 101/2022 – Imposto Municipal sobre Imóveis; ----------

8) Proposta n.º 102/2022 – Participação Variável de IRS; ----------

9) Proposta n.º 103/2022 – Documentos previsionais para o ano de 2023; ----------

10) Proposta n.º 104/2022 – Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mealhada para o ano de 2023; ----------

11) Proposta n.º 105/2022 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais; -------

12) Proposta de Novo Regimento da Assembleia Municipal de Mealhada. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, João Eduardo da Silva Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----

Os Senhores Deputados Municipais, João Manuel Ferreira Louzado, João Miguel

Leite Martins Silva e Elisa Carla de Abreu Simões solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se, respetivamente, por Isabel Dias Santiago, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo e Paulo Manuel Madeira Serafim. ----------
Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Hugo André Afonso Alves e Silva, Gil António Baptista Ferreira, José Carlos Calhoa Morais e Sónia Maria Pereira Leite. --
De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito os Senhores José Alfredo Soares Pereira, António Gaspar, Óscar Manuel Ferreira Carvalho, Hugo Eduardo da Silva Santos e Isabel Cristina Carvalho Alves. ----------
1) No uso da palavra, o Senhor José Alfredo Soares Pereira iniciou por referir que a sua intervenção se devia à recolha Porta-a-Porta. Referiu e mencionou carta enviada e dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pela empresa Hidromaster, vincando os prémios recebidos pela mesma e que a Câmara Municipal de Mealhada, nos últimos 10 anos, comprou à empresa cerca de 28 mil euros de equipamentos, sendo que de derrama pagam muito mais, contribuindo ainda para instituições de carácter social. Deu nota que em todos os eventos em que a empresa está presente existe referência ao Município de Mealhada, a quem é dada prioridade aquando receção de novos equipamentos, referindo de seguida algumas problemáticas que, no seu entendimento, existiram no passado e que continuam a existir atualmente com alguns Serviços Municipais, aos quais falta sentido de dever de Serviço Público e que comprometeram, e comprometem, o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Elencou depois, no seu entendimento e em relação ao processo Porta-a-Porta, uma série de questões e imprecisões existentes no concurso desse procedimento, que terminou com um pedido de parecer ao Instituto Pedro Nunes acerca do assunto, com o qual não concordaram e que apresenta ele mesmo imprecisões. Terminou por dizer que esta situação se deve a uma senhora que nos últimos 3 anos faturou imenso ao Município em elaboração de pareceres e que provavelmente terá feito o caderno de encargos e a apreciação, colocando em causa o bom nome de uma empresa de prestígio nacional com o conhecimento dos Serviços, sendo que esta situação acabará a ser resolvida no tribunal administrativo. (início: após 03 minutos; fim: após 22 minutos) ----------
2) No uso da palavra, o Senhor António Gaspar iniciou por mencionar a Linha de Concordância, obra em que os custos derraparam e, na sua opinião, continuarão a derrapar, questionando quem vai pagar o crime ambiental que a mesma causou. Vincou que ninguém ouviu a população do Travasso e ainda hoje esperavam um pedido de desculpa, estando negligenciados à lama e ao barulho e devendo por tudo isso, e a título excecional, isentar os contribuintes afetados do pagamento de IMI, questionando quem se responsabilizada por tamanha irresponsabilidade, pedindo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal explicações acerca de visita efetuada à dita obra. Indagou de seguida se existe algum regulamento de postura de trânsito do Concelho e se estava pensada a criação de comissão municipal de trânsito e

segurança rodoviária, perguntando ainda sobre taxa cobrada às operadoras de telecomunicações por utilizarem espaço público e espaço privado. Terminou mencionando os custos de visitar a Mata do Bussaco e os apoios concedidos à entidade responsável pela mesma, os quais a existir deveriam dar direito a um cartão de descontos a todos os cidadãos do Concelho. (início: após 23 minutos; fim: após 30 minutos) ----------

3) No uso da palavra, o Senhor Óscar Manuel Ferreira Carvalho iniciou por referir que metade da população de Luso ficou sem médico de família no início do mês, solicitando medidas para resolver a questão. Finalizou referindo que, tendo analisado o orçamento, vislumbrou pouca coisa em relação ao Luso, questionado se já existia projeto para a Quinta do Alberto. (início: após 31 minutos; fim: após 32 minutos) ----------

4) No uso da palavra, o Senhor Hugo Eduardo da Silva Santos iniciou por referir que em novembro de 2021, numa mesma Assembleia, questionou acerca de paragem de autocarro para as crianças residentes na Póvoa da Mealhada e o que foi ou está a ser feito, sendo esta uma questão importante tanto para servir os alunos como a população mais desfavorecida. De seguida constatou o aumento da degradação da estrada da Rua da Póvoa, questionando para quando uma intervenção na mesma, perguntando depois acerca das ruínas dos antigos lavadouros no Largo de S. José e o que se pretende fazer nesse local. (início: após 32 minutos; fim: após 35 minutos)

5) No uso da palavra, a Senhora Isabel Cristina Carvalho Alves iniciou por questionar se foi concedido algum apoio ao Centro Social Comendador Melo Pimenta no ano de 2022, perguntando também se existem novidades acerca de uma reclamação feita em março e abril pela mesma instituição sobre uma rutura de água e da qual ainda não obtiveram resposta. Questionou se o Município, tendo em conta que se trata de uma instituição sem fins lucrativos vocacionada para idosos, poderia abdicar da cobrança da tarifa da água bem como de outros impostos, ou criar um apoio fixo anual. Findou perguntando se existe possibilidade de apoiar na reparação do pavimento da parte inferior do dito Centro e se existe alguma ajuda prevista para aludido Centro ou outros no Concelho. (início: após 35 minutos; fim: após 38 minutos)

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por referir que existiu um pedido de apoio do Centro Social Comendador Melo Pimenta e que a decisão acerca do mesmo irá à próxima reunião de Câmara Municipal, sendo que para o ano de 2023 e seguintes estará sob âmbito de regulamento, aprovado em sede de reunião Câmara Municipal e atualmente em discussão pública, no sentido de dar apoios mais regulares e assim as instituições saberem com o que podem contar e organizar uma gestão mais tranquila. Quanto à rutura mencionada, já existe despacho no sentido de serem solicitados à entidade comprovativa do incidente e, caso existam, corrigir as faturas, diligenciando assim que possível para perceber o porquê da instituição ainda não ter sido informada dessa decisão e que a nível de apoios da tarifa de água já usufruem da tarifa social. Em relação às ruínas dos antigos lavadouros existe já um projeto, a ser entregue até meados de março e posteriormente proceder-se-á ao processo de concurso de obra,

isto em diálogo com a associação que utilizava aquele espaço. Relativamente ao pavimento da Rua da Póvoa, concorda que está degradada, tendo já sido efetuada uma análise e detetados problemas na estabilidade na mesma e assim como no aqueduto, que necessita de substituição, estando programado, assim como noutras situações semelhantes, realização de obra. No que concerne à paragem de autocarro na Póvoa, afirmou que é algo que já foi discutido mas é um processo lento, e que irá pressionar novamente a empresa de transporte. Com respeito à situação de falta de médico de família no Luso, por aposentação do Doutor Rui Nogueira, disse que já antes da situação se firmar obtiveram a informação de que os procedimentos com vista a substituir o clínico só poderiam iniciar após a efetivação da sua aposentação e que após reunião com a entidade responsável foi dado o feedback que o concurso irá ser aberto, e apesar de a saúde não ser uma competência municipal, iriam pressionar no sentido de ver esta situação resolvida. Sobre o orçamentado para o Luso referiu que se irão efetuar algumas obras, como a pavimentação da estrada N235, assim como a sinalização horizontal e raides de proteção, sendo que sobre a Quinta do Alberto se está a projetar um processo em 3 fases: tratamento do morro; estudo e projeto e execução de obra. Seguiu vincando que a Mata do Bussaco tem gestão autónoma, sendo a Fundação com o mesmo nome a sua gestora, não tecendo quaisquer outros comentários. Quanto à postura de trânsito afirmou que existem vários problemas com a sinalização horizontal e vertical, estando em fase de levantamento de todas as localizações, também entendendo que deverá haver uma comissão municipal de trânsito. No que diz respeito à Linha de Concordância, confirmou visita à obra da Linha da Beira Alta, tendo sido informado do atraso dessa obra, acreditando optimistamente que a obra não irá derrapar mais, informando ainda de reunião com a I.P. em que foi falada a questão da Estação de Pampilhosa e das obras e investimento que a mesma necessita. Em relação aos problemas causados pela obra, é algo que preocupa o executivo e que teve o cuidado de chamar a atenção ao I.P., respondendo os mesmos que iriam ter mais cuidado na limpeza mas iria voltar a insistir nessa questão assim como na questão dos autocarros que iriam substituir o comboio. Assinalou depois que ninguém coloca em causa as empresas nas quais o Senhor José Pereira está envolvido e a mais-valia que as mesmas são para o Município, sendo que a questão Porta-a-Porta perturba também o executivo e que após recolha de toda a informação teve o cuidado de reunir e falar com o filho do Senhor José Pereira e um funcionário da empresa com a finalidade de se consultar uma entidade idónea para analisar a questão e assim ser tomada uma decisão fundamentada, o que foi aceite por todas as partes, tendo sido consultado para o efeito o Instituto Pedro Nunes que emitiu parecer e foi tomada posição e decisão nesse sentido, tendo também por base pareceres jurídicos. (início: após 38 minutos; fim: após 59 minutos) ----------

De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa, que esclareceu que a constituição da Mesa na presente Assembleia se devia ao fato do Senhor Deputado Municipal e 1.º Secretário da Mesa João Louzado ter solicitado substituição e portanto, nos termos do Regimento, o segundo Secretário ocupa o lugar do primeiro

e o Presidente da Mesa convida um membro da Assembleia para ocupar o lugar em falta, neste caso a Senhora Deputada Municipal Iola Baptista. (início: após 59 minutos; fim: após 01 hora) ----------

Não havendo mais inscrições, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

De seguida, Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: André Melo, Sofia Martins, Rui César, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso Claudemiro Semedo e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por agradecer os esforços desenvolvidos pelo grupo de trabalho designado para elaborar a proposta de novo Regimento da Assembleia Municipal da Mealhada e com o fim de todos terem mais tempo para apreciar o documento, leu e apresentou à Mesa o seguinte documento: ----------

"O Grupo Municipal do Mais e Melhor Movimento Independente e o Grupo Municipal do PSD, propõem o adiamento da discussão e votação do ponto 12, Proposta do Novo Regimento da Assembleia Municipal da Mealhada desta sessão da Assembleia Municipal para a próxima sessão. ----------

Assinaturas." (inicio 1 hora; fim após: 1 hora e 01 minutos) ----------

De seguida, e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa submeteu a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. (inicio 1 hora e 01 minutos; fim após: 1 hora e 03 minutos) ----------

2) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Intervenção relativa à Economia Local, Educação e Habitação* ----------

Vivemos e viveremos cada vez mais num ambiente globalizado e marcado por uma complexidade crescente e em acelerada mudança. ----------

O risco associado ao negócio empresarial é uma variável cada vez menos controlada pelas empresas. ----------

A volatilidade na evolução dos preços das matérias-primas e da energia, as taxas de juro, taxa de inflação, os perigos dos ciberataques, o agravamento de tensões geopolíticas, as mudanças regulatórias e fiscais e envelhecimento populacional e consequente falta de recursos humanos potenciam ainda mais o risco do sucesso empresarial. ----------

A necessidade de mudança nas nossas empresas, com a alteração do modelo de desenvolvimento socioeconómico e das formas de produção e de consumo, a necessidade de basear essa mudança no conhecimento científico, na melhoria da qualificação dos recursos humanos e aumento da produtividade e no papel das PME, a necessidade de limitar a exploração de recursos finitos, precisa de ser acompanhada por políticas públicas de qualidade e inseridas numa estratégia que conduza ao desenvolvimento económico e social, geral e Local! ----------

Só assim a economia permitirá gerar os recursos para que o estado, para que o município possa assumir a sua função social e garantir a qualidade dos serviços. ---

Afinal o dinamismo na economia traduz-se num maior valor de derrama, IMT, IMI e IRS que poderá entrar para as receitas do nosso concelho. ----------
É preocupante um concelho, o nosso, que tem como um dos 5 principais empregadores o próprio Município da Mealhada, apenas ultrapassado por empresas ligadas à distribuição de combustível e logística. ----------
É preocupante que as receitas cobradas, à exceção do IMT em 2022, se mantenham como em anos anteriores, em valores residuais! ----------
O mesmo será dizer que a nível local as políticas municipais podem e devem contribuir para a definição estratégica de evolução da economia local! ----------
Impõe-se neste contexto, a inerente pergunta: ----------
Qual o caminho, a ESTRATÉGIA que o executivo vai seguir? ----------
Economia baseada no turismo, logística e agora novas formas de consumo? ---------
Se queremos inverter alguns números o município, em nosso entendimento, tem de escolher um caminho e um caminho o mais claro possível sob estratégia bem definida, por todas as razões, mas também poder assim granjear o bom empenho empresarial. ----------
E mais, o Município tem intervenção na CIM e CCDRC que permite estabelecer bases para apoio das PME locais que dificilmente têm acedido nos últimos anos a subsídios do PT2020 e, no futuro, do PT2030. ----------
Assim, com um caminho bem identificado, seria garantido um período de transição para que o universo empresarial possa estar preparado para novos formatos e serviços, novas formas de concorrência e de economia, sendo de realçar aqui o nomadismo digital. ----------
O sentimento de pertença à comunidade do comércio e serviços de proximidade, onde todos se conhecem e que reflete o nosso humanismo e solidariedade em momentos de crise, ajudando as famílias que mais precisam, é inigualável. ----------
Tem de ser recíproco! ----------
O comércio local tem de ser apoiado por todos e todo o ano! ----------
Porque estão sempre lá e nos momentos mais importantes é mais necessário ainda que lá estejam! ----------
Em momentos de crise as famílias tendencialmente compram em locais mais próximas porque as deslocações pesam no orçamento embora comprem mais vezes e em menor quantidade. ----------
Para que "lá" ou melhor, "cá" esteja esse comércio tradicional, ele tem de ser apoiado e tem de haver uma estratégia para isso! ----------
Outro pilar das políticas Locais, a JUVENTUDE. ----------
Foi ouvida nos últimos meses, e bem! ----------
São eles o futuro do Concelho. ----------
O Futuro de um concelho que perdeu em 10 anos, quase 5% da população! ----------
À semelhança de outros é certo, mas quem estava mal ficou pior e em quem não atrai, pesa mais a perda, é elementar! ----------
São o futuro de um concelho com um total de 19.455 habitantes em que apenas 11.4% da população, são jovens com menos de 15 anos (que é menos 2.5% do que

em 2011). ----------
A Juventude é o Futuro de um concelho envelhecido, em que a única faixa etária que aumentou foi da população com mais de 65 anos e que agora representa 26.1% (era 20.8% em 2011)! ----------
E aqui, no que à JUVENTUDE diz respeito, a gestão da educação é fundamental. – Garantir que as escolas têm capacidade para atrair os alunos para que não sintam necessidade de frequentar a partir do 10º ano outros estabelecimentos de ensino de concelhos limítrofes. ----------
E algumas das nossas escolas têm expostas limitações "físicas" resultantes do desenvolvimento dos últimos anos, sempre prometido, mas nunca concretizado. ----
Outro Eixo, outro Pilar, a habitação?! ----------
Está de mão dada com a economia. ----------
Precisamos de empresas, de recursos humanos, mas não temos alojamentos disponíveis. ----------
Não existe habitação para venda ou arrendamento na Mealhada. ----------
Como captar novos moradores e dinamizar o mercado imobiliário a curto prazo, tendo sido é certo aprovada a Estratégia Municipal de Habitação, mas num processo integralmente dependente do PRR ou do PT2030, e que por isso se pode verificar integral ou só parcialmente, mas que será sempre aplicado a longo prazo? ----------
A operacionalização da política de reabilitação nas nossas freguesias pode começar com o apoio e celeridade dos serviços nos processos de licenciamento, por exemplo! E poderá passar pela revisão e operacionalização a uma maior escala do PIRPEC? Precisamos de um caminho, de uma estratégia bem definida, isso é certo!" (início: após 01 hora e 03 minutos; fim: após 01 hora e 10 minutos) ----------
3) O Senhor Deputado Municipal Rui César, no uso da palavra, questionou quando se pretende resolver o estado da Rua de Santo António, na estrada que vai para Grada, a seguir ao Bairro da Póvoa da Mealhada, situação já alertada por munícipe em sessão anterior. Perguntou se foi averiguada a questão de falta de resposta ao email enviado por parte da Associação dos Médicos de Medicina Geral da Bairrada, a solicitar disponibilidade do Cineteatro Messias para realização de congresso. Posteriormente referiu o alerta efetuado em sessão anterior acerca do horário de encerramento da Biblioteca em época de exames, apelando a que seja reposto o horário em vigor anteriormente nessa época especial, até porque a justificação de falta de recursos humanos não colhia dado que a Biblioteca tem o mesmo número de funcionários que tinha em 2021, quando essa medida foi implementada. Perguntou depois sobre o resultado da reunião do Senhor Presidente da Câmara no Ministério das Infraestruturas relativamente ao projeto do Metro do Mondego e quais as respostas de mobilidade que estão em cima da mesa, questionando de seguida o que será feito para evitar que o Túnel da Lagarteira volte a ser fechado, em resultado da precipitação intensa. Terminou a pedir esclarecimentos sobre o estado do Pontão de Pampilhosa. (início: após 01 hora e 11 minutos; fim: após 01 hora e 14 minutos) ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que relativamente à mencionada Rua de Santo António estava a ser desenvolvido projeto para essa grande necessidade, tal como já tinha explicado anteriormente. Quanto ao email enviado por parte da Associação dos Médicos de Medicina Geral da Bairrada, reconheceu que o mesmo foi rececionado mas não teve o encaminhamento devido e não foi dada resposta em tempo útil. De seguida referiu que o horário da Biblioteca é uma situação a ser revista e que os recursos humanos disponíveis, apesar de serem os mesmos de anteriormente, estão também envolvidos em outras atividades devido ao maior dinamismo e atividades desenvolvidas. Confirmou reunião no Ministério das Infraestruturas, com o fim de existir concertação e clarificar a situação da mobilidade e do plano estratégico ferroviário para 2050, com o apoio da Senhora Presidente da Câmara de Cantanhede e da própria CIM, entidades muito ligadas ao processo do metro de superfície, defendendo também, como sempre, a abertura e utilização do ramal da Figueira da Foz, o qual sempre funcionou bem, resolvendo assim problemas de acessibilidades e mobilidades da zona oeste do Município de Mealhada, do Município de Cantanhede e da restante região envolvente, transportando igualmente pessoas e mercadorias e criando uma zona suburbana de transportes, com maior frequência e interligação desses serviços, tendo dessa reunião resultado acordo entre CIM, Municípios, Ministério das Infraestruturas e empresa responsável pelo estudo do projeto, para aprovação do traçado proposto e envio do mesmo para integrar o plano ferroviário 2050, informando que também foi abordada a questão da viabilidade dos SMUTC abrangerem não só Coimbra mas toda a região. Terminou dizendo que o Túnel da Lagarteira foi intervencionado, limpando e desobstruindo o mesmo, e que quanto ao Pontão de Pampilhosa existe um projeto para o mesmo, tendo sido remetido para as Infraestruturas de Portugal para emissão de Parecer. (início: após 01 hora e 14 minutos; fim: após 01 hora e 28 minutos) ----------

4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso Claudemiro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir a questão de assistência na saúde na Freguesia de Luso, dizendo que em 2019 a Junta de Freguesia de Luso foi confrontada com vários problemas nas instalações do Extensão de Saúde do Luso, os quais foram resolvidos em articulação com a Câmara Municipal, suportando ainda o custo com a pessoa responsável pela limpeza das instalações. No decorrer deste ano foram novamente confrontados e desafiados com novas dificuldades, nomeadamente a aposentação do médico de família Doutor Rui Nogueira, tendo demonstrado preocupação com esse facto em tempo e local devidos e reunido com os responsáveis, obtendo a resposta que o lugar seria ocupado a breve prazo mas contudo sem indicação de data. Afirmou que estão atentos e a lutar pelo direito à saúde, sem alarmismos, e estando a Extensão de Saúde do Luso integrada na USF Caminhos do Cértoma, cuja sede é na Freguesia de Pampilhosa, significa que na falta de atendimento no primeiro se deverão dirigir ao segundo. Para estas deslocações existe o serviço CityFlex, que abrange muitas áreas da Freguesia de Luso mas deixa outras de fora, solicitando por isso junto da Câmara Municipal diligências junto da CIM Coimbra para

incluir no serviço os lugares que dele carecem. (início: após 01 hora e 28 minutos; fim: após 01 hora e 33 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que demonstrou preocupação com a situação, já tendo debatido a mesma com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso. Referiu que lhe foi transmitido que a Extensão de Saúde de Luso não iria encerrar, apesar de existirem circunstâncias pontuais que obrigassem a população a dirigir-se à Unidade de Saúde de Pampilhosa. Finalizou dizendo que o serviço CityFlex tem lacunas mas que as mesmas devem ser identificadas e comunicadas de modo a serem resolvidas. (início: após 01 hora e 33 minutos; fim: após 01 hora e 36 minutos) ----------

5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por questionar e pedir solução para as constantes falhas na iluminação pública na Freguesia de Vacariça. De seguida constatou a falta de limpeza e o retrocesso na limpeza das obras da Linha de Concordância, pedindo para que se pressionar as Infraestruturas de Portugal para um maior zelo na limpeza da via pública. Prosseguiu assinalando as más condições das acessibilidades da Rua das Eiras e questionando o que está pensado para solucionar tal problema, assim como para a limpeza dos afluentes do Rio Cértima que passam pela Freguesia de Vacariça. Questionou ainda quando se iria efetivar o início do balcão itinerante BUPI e a requalificação dos caminhos florestais. Acabou indagando se o Posto de Saúde de Vacariça, que no corrente mês se encontra fechado, corria o risco de encerrar permanentemente, expressando preocupação e intenção de pressionar para obter melhores condições. (início: após 01 hora e 36 minutos; fim: após 01 hora e 49 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por referir que está prevista intervenção na pavimentação da Rua das Eiras, sendo que a iluminação pública é um problema de todo o Concelho e já se efetuaram levantamento das situações anómalas, dizendo ainda que tem pressionado as Infraestruturas de Portugal quanto à falta de limpeza das obras da Linha de Concordância. Quanto ao Rio Cértima avançou que está projetada limpeza do mesmo assim como uma candidatura, em conjunto com o Município de Anadia, ao Fundo Ambiental com o mesmo fim. Sobre o Balcão BUPI esclareceu que a empresa encarregue de abrir os balcões itinerantes não cumpriu e a CIM, que tem alçada do processo, rescindiu o contrato que existia, estando atualmente em estudo outra solução. Acrescentou, sobre a limpeza dos caminhos florestais, que atualmente estão a ser feitas intervenções na Freguesia de Luso, as quais têm de ser alargadas a outros locais, mas que em caso de incumprimento devem chamar a GNR, sensibilizando de igual modo os madeireiros para efetuarem a limpeza dos caminhos. Terminou dizendo que acredita, tal como lhe foi transmitido, que a Unidade de Saúde não irá fechar e que a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesias têm de estar atentas e pressionar como podem, até porque estas unidades de saúde são fundamentais para as pessoas mais idosas e para fixar gente

nova nesses territórios. (início: após 01 hora e 49 minutos; fim: após 01 hora e 56 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** ----------

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 8: ----------

O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Pedro Semedo e Maria de Lurdes Bastos, que no uso da palavra, solicitaram correções ortográficas na Ata em apreço. (início: após 01 hora e 56 minutos; fim: após 01 hora e 59 minutos) ------

Posteriormente, e efetuadas as correções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 8, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma. -----

Os Senhores Deputados Municipais: Joana Sá Pereira, Isabel Santiago, Susana Almeida, Cláudia de Melo, Sandra Semedo e Abílio Semedo não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 8. (início: após 01 horas e 59 minutos; fim: após 02 horas) ----------

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE FEVEREIRO: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Alexandre Rebelo, João Louceiro, Sofia Martins e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira. --

1) O Senhor Deputado Municipal Alexandre Rebelo, no uso da palavra, iniciou por questionar previsão para a conclusão das obras do novo edifício municipal. Prosseguiu demonstrando preocupação com o Mercado Municipal de Mealhada, do qual se aguarda há mais de um ano que abra portas à população, perguntando o que impede a sua abertura. Questionou de seguida acerca do Centro de Recolha Animas, projetado pelo anterior executivo, e quais os passos seguintes em relação ao mesmo. Em seguida abordou a questão da plataforma rodoferroviária de Pampilhosa, perguntando o que falta para a concretização dessa obra estruturante. Desenvolveu relativamente à transferência de competências da ação social para as autarquias, tendo já sido realizadas reuniões e formações técnicas de funcionários para o efeito, perguntando o que será efetuado de seguida em concreto e quando e como se pretendem envolver as instituições do setor social existentes no Concelho como parceiros pró-ativos neste processo, terminando por abordar e dar conta da falta de resposta a nível geriátrico e de lista de espera nas instituições do Concelho, questionando quando se fará um estudo do panorama atual e de eventual criação de plataforma que identifique as reais necessidades existentes. (início: após 02 horas e 01 minutos; fim: após 02 horas e 06 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por dizer que o tempo de espera pela conclusão do novo edifício municipal são dois anos, desde que o empreiteiro cumpra, acrescido da mudança das estruturas e equipamentos para o edifício. Quanto ao Mercado Municipal de Mealhada afirmou que a obra está por abrir faz mais que um ano e que ainda não

está concluída porquanto não foi efetuada a receção provisória da mesma, vincando que nunca ordenou que a obra parasse ou que o empreiteiro não entregasse a chave. Continuou referindo quanto ao Centro de Recolha Animal, que assim que assumiu funções tentou inteirar-se do assunto e não percebe como é que o projeto que existia foi pensado para um local que é reserva ecológica e em leito de cheia, e portanto teve que se refazer o projeto e, verificada a viabilidade de realização do mesmo e cumprimento de toda a legislação, ficará instalado na Zona Industrial de Pedrulha, num espaço já municipal. Sobre a plataforma rodoferroviária de Pampilhosa disse que a questão está a ser analisada, em conjunto com o I.P., para que tudo decorra da melhor forma. Em relação ao setor de ação social iniciou por agradecer o empenho e abertura para a resolução do problema à Senhora Ministra, Doutora Ana Abrunhosa, e que a transferência das competências nesse âmbito será efetuada, tendo já começado a trabalhar com a direção regional de modo a estar tudo preparado aquando da efetivação da dita transferência, tendo já existido reuniões com algumas associações locais, uma das quais já é parceira da Segurança Social. Finalizou dizendo que de momento não possui informação sobre estruturas residenciais para idosos, diligenciando junto dos serviços informar e analisar a questão. (início: após 02 horas e 07 minutos; fim: após 02 horas e 15 minutos) ------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por partilhar as preocupações expressas em intervenções anteriores em relação ao estado dos serviços de saúde no concelho, as quais alargava igualmente para o âmbito nacional, apoiando a pressão exercida para resolver o problema mas expressando igualmente relutância em acreditar nas garantias que foram dadas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Questionou depois sobre o que foi feito em relação à inadequação das obras feitas em Sargento-Mor, junto à estrada nacional. De seguida referiu um conjunto de situações na área da educação que refletiam uma série de encargos que iam sobrecarregando as autarquias do poder local, como as obras nas escolas ou os rácios de assistentes operacionais, assinalando também que se faça uma discussão e reflexão do modelo atual das AEC. Seguiu questionando a regularidade da testagem da água da Fonte de S. João e qual a diferença desses testes para os efetuados pelos serviços de saúde, insistindo na classificação da dita Fonte no âmbito da rede pública e ainda a divulgação dos resultados das testagens efetuadas. Pediu esclarecimentos sobre as obras no Cineteatro de Pampilhosa no seguimento de Protocolo assinado para o efeito, assim como sobre a reabilitação da Sala Polivalente de Luso, solicitando de igual modo comentário sobre a baixa execução financeira. Seguiu dando nota para o tempo de espera pela concretização do Centro de Recolha Animal e fazendo votos para que o mesmo se concretize rapidamente, questionando de seguida a alteração de trânsito efetuada na Rua Doutor Luís Navega para sentido único, que acarreta queixas dos moradores das proximidades assim como das complicações que resultam para os acessos ao centro escolar de Mealhada. Terminou questionando se existem dados sobre os impactos do empobrecimento e das dificuldades crescentes nas famílias no Concelho. (início: após 02 horas e 16 minutos; fim: após 02 horas e 26 minutos) ----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por referir que é a favor das transferências de competências mas que das mesmas se recebe um património obsoleto, que depois tem custos avultados de remodelação e que o Governo deve garantir apoio financeiro para esses encargos, estando já, no caso da educação, planeada uma reformulação em concertação com o Diretor do Agrupamento de Escolas e professores, de modo a melhorar a qualidade de ensino no Concelho. Continuou dizendo que a água da Fonte de S. João é normalmente testada todas as semanas, garantindo que quando existir algum problema com a mesma, a Fonte é fechada. Sobre o Cineteatro de Pampilhosa informou que estão a fazer um projeto de alteração ao inicialmente elaborado para cumprir com a legislação em vigor, concordando de seguida que a execução financeira é baixa decorrente de alguns problemas com algumas obras como as Garagens do Palace ou o Mercado Municipal de Mealhada, sendo que quanto à Sala Polivalente de Luso não concorda com o valor exorbitante da mesma. Em relação às alterações de trânsito no Centro Histórico de Mealhada, as mesmas decorrem de processo do executivo anterior e que está em análise, com as entidades competentes e técnicos, a reposição de dois sentidos na Rua Doutor Luís Navega. Terminou referindo que esta crise atual ainda não se reflete de modo significativo, tendo por base os dados de pedidos de apoio social, demonstrando ainda crença na capacidade de ultrapassar este momento de crise. (início: após 02 horas e 26 minutos; fim: após 02 horas e 35 minutos) ----------

3) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Intervenção relativa à informação reportada às empreitadas em execução* ----------

Na informação do Sr. Presidente a Divisão de Obras Municipais e Integração Paisagística apresenta em execução diversas empreitadas. Muitas das quais ainda previstas no Orçamento Municipal apresentado para 2023. ----------

Aqui tem particular visibilidade a inoperância do anterior executivo nos seus 2 mandatos anteriores. Colocaram na gaveta durante anos projetos e execução de empreitadas que, face ao aumento dos custos verificados nos últimos anos, e mesmo adequação de materiais à realidade passado vários anos do projeto estar terminado, implicaram um aumento da despesa de capital associada. Na realidade não foram apenas as empreitadas que foram colocadas na gaveta, foi o nosso concelho. Foram os nossos munícipes que perderam o acesso a infraestruturas consideradas estratégicas nos programas eleitorais. Perdemos todos quando não se efetivam as decisões ou são tomadas tardiamente. ----------

Vejamos, a Reabilitação da Escola Secundária de Mealhada, projeto de 2016 (ano pré-eleitoral), com um valor estimado de construção de 570 mil euros. Depois de 3 concursos a obra teve no seu último contrato no valor de 1.032 mil euros, mais 462 mil euros que o valor inicial. ----------

Um outro exemplo, a construção do novo edifício municipal. Projeto de 2014. Em dezembro de 2016 foi comunicado pelo Presidente do município nessa data que o novo edifício teria um custo estimado de 4 milhões de euros mais IVA. Lançado a

concurso em 2021 e adjudicado pelo valor de 5.2 milhões de euros. Mais 1.3 milhões de euros que o valor anunciado. E orçamentado em 2023 em 7 milhões de euros. -- Mais uma obra em execução. A construção dos Balneários do Campo de Futebol do Luso. Projeto de 2016. Com um valor anunciado de 550 mil euros. Adjudicado em agosto de 2021 pelo valor de 800 mil euros. Mais 250 mil euros. ----------
Podíamos continuar a apontar muitos exemplos. Com projetos a serem elaborados e empreitadas adjudicadas mais de 5 anos após o projeto. Com custos elevados. E despesa que podia ser utilizada para melhorar a qualidade de vida de quem cá vive, de quem cá estuda, de quem cá trabalha. ----------
Estaremos sempre disponíveis para que as decisões sejam tomadas em tempo útil. Sem demagogias eleitoralistas. A prioridade é o nosso concelho." (início: após 02 horas e 35 minutos; fim: após 02 horas e 38 minutos) ----------
4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por questionar acerca da preocupação que existe em algumas IPSS do Concelho relacionada com a transferência de competências na ação social e do que daí poderá advir, tendo algumas inclusive prescindido dos serviços de alguns funcionários. Terminou a perguntar sobre o que falta para o Mercado Municipal de Mealhada abrir. (início: após 02 horas e 39 minutos; fim: após 02 horas e 40 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por esclarecer que as competências transferidas na área da ação social para o Município nada tem que ver com a ligação às IPSS. O que pode estar a acontecer em outros Municípios é a transferências de competências em que existiam acordos da Segurança Social e IPSS, mas neste Concelho o único desses casos era a ADELO e já foi estabelecida parceria com essa entidade. Sobre o Mercado Municipal de Mealhada disse que falta a receção provisória, que já foi pedida, mas que enquanto não forem corrigidas todas as deficiências que a fiscalização assinalar, a obra não é recebida. (início: após 02 horas e 41 minutos; fim: após 02 horas e 43 minutos) ----------
<u>3) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS</u>: ----------
O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por referir aspetos da contratação pública e do que considera um abuso e ilegalidade do uso excessivo de contratos de avença para contornar dificuldades decorrentes da Lei, e usados muitas vezes para mediar o acesso a verdadeiros contratos de trabalho na Função Pública, sendo que as explicações ouvidas acerca disso são as da urgência, as de que mais tarde esses trabalhadores ou prestadores de serviços até poderão originar abertura de lugares no mapa, num enviesamento do próprio direito de acesso ao emprego Público. Terminou assinalando que no Mapa de Pessoal apresentado existem 21 contratos de prestação de serviços em regime de avença. (início: após 02 horas e 44 minutos; fim: após 02 horas e 51 minutos) ----------
<u>4) PARECER DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A POSIÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE MEALHADA EM 30/06/2022</u>: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra a Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, que no uso da mesma, iniciou por dizer que relativamente à execução da despesa, a mesma continua alinhada com os anos anteriores e substancialmente reduzida, mas em relação à execução da receita, surge uma percentagem superior a 50% e portanto, tem-se uma receita cobrada superior ao expectável, existindo também um aumento nos valores de transações imobiliárias. Questionou por fim, face aos valores apresentados, se existe algum projeto urbanístico ou empresarial no primeiro semestre de 2022 que justifique tal aumento. (início: após 02 horas e 51 minutos; fim: após 02 horas e 52 minutos) - De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que não existiu nenhum projeto urbanístico significativo, mas que tal aumento talvez possa explicar-se devido à sensibilização e incentivo ao investimento no Concelho que se têm efetuado, existindo também na Divisão de Gestão Urbanística um reforço, de modo a existir mais celeridade na análise de processos. (início: após 02 horas e 53 minutos; fim: após 02 horas e 54 minutos) ----------

5) PROPOSTA N.º 90/2022 – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA APLICAÇÃO NO ANO DE 2023:----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por referir que as empresas visadas por esta taxa têm de "*produzir a informação necessária por Município, de modo a possibilitar o apuramento do valor base de incidência das respetivas percentagens e do cálculo do montante das taxas de forma transparente e auditável*", sendo que por informação do anterior Senhor Presidente da Câmara Municipal, as ditas empresas não estariam a cumprir esta exigência legal, questionando portanto se atualmente o previsto na Lei está a ser cumprido ou continua a ser desrespeitado, e não prestando essas informações, como tem o Município estimado o valor da incidência para a aplicação desta taxa. (início: após 02 horas e 54 minutos; fim: após 02 horas e 58 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, informou que as empresas sujeitas ao pagamento desta taxa têm cumprido e que, dentro do possível, o controlo é efetuado. (início: após 02 horas e 58 minutos; fim: após 02 horas e 59 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Isabel Dias Santiago, João Eduardo da Silva Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, João Manuel Lima Louceiro, Paulo

Manuel Madeira Serafim, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, e um voto contra do Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Soares Gomes Semedo. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 02 horas e 59 minutos; fim: após 02 horas e 59 minutos) ----------

6) PROPOSTA N.º 100/2022 – DERRAMA: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por questionar, com base na receita estimada e no percentual aplicado de 0,75%, qual o valor de receita que o Município abdicava, dado que a proposta surge sem fundamentação, dando ainda nota que no anterior mandato a derrama tinha sido recolocada em 0,5% e 1%. Seguiu dizendo que daqui se depreende que o executivo prescinde de receita e considera que as empresas do Concelho não estão em condições de suportar uma taxa um pouco mais elevada de derrama, proporcionando alguns meios financeiros para fins, como, por exemplo, o reforço de apoio às populações do Concelho, não condenando contudo esta redução face às micro, pequenas e médias empresas. (início: após 03 horas; fim: após 03 horas e 04 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 04 minutos; fim: após 03 horas e 04 minutos) ----------

7) PROPOSTA N.º 101/2022 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que no uso da mesma, iniciou por registar que a proposta é apresentada nos mesmos moldes do ano anterior, com o valor mínimo permitido de 0,3% e reduções nominais de 20, 40 e 70 euros. Terminou assinalando a falta de fundamentação à proposta apresentada, a qual seria importante para apreciação do mérito da proposta assim como relevante para os Munícipes, beneficiados ou não, pelas reduções previstas. (início: após 03 horas e 05 minutos; fim: após 03 horas e 06 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 06 minutos; fim: após 03 horas e 07 minutos) ----------

8) PROPOSTA N.º 102/2022 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe e não existindo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa

colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 03 horas e 07 minutos; fim após: 03 horas e 08 minutos) ----------
Posteriormente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que apresentou uma Declaração de Voto, cuja transcrição requereu: ----------
"*O PCP discorda do quadro legislativo que fomenta competição fiscal entre municípios e que atira para cima das possibilidades e decisões locais desagravamentos fiscais que deveriam ser organizados a partir de opções por políticas fiscais globais mais justas e equilibradas do que as que temos.* ----------
Mesmo tendo pouco significado no bolso da maior parte dos contribuintes, as decisões sobre a participação variável no IRS têm fortes efeitos subjetivos e propagandísticos que, praticamente, coagem as autarquias a abdicar de receitas de que precisariam para o exercício das suas funções. Neste caso, o poder político cedeu-lhes a possibilidade de prescindir de meios para agirem, abdicando de parte da percentagem de IRS que lhe seria destinada. Um presente envenenado. ----------
Não obstante a discordância apresentada, tal como em anos anteriores o PCP acompanhou, votando favoravelmente, a proposta aqui trazida pelo executivo camarário no contexto legislativo e fiscal em que nos encontramos e que, repetimos, precisa de profundas transformações a diversos níveis para que Portugal seja, no plano fiscal, um país mais justo. ----------
O PCP não deixa de assinalar, uma vez mais, que a fixação da participação no IRS nos termos aprovados representará uma perda significativa de receitas. Com tais valores, são sempre ações em prol das populações de que também a autarquia abdica. (início: após 03 horas e 08 minutos; fim: após 03 horas e 10 minutos) ---------
9) PROPOSTA N.º 103/2022 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2023: ----------
O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, realçando a requalificação do espaço público, incentivando também a recuperação de património e assim atrair novos residentes; aposta na mobilidade, quer seja nos meios quer seja nas infraestruturas e também no ambiente e o que o mesmo acarreta. (início: após 03 horas e 11 minutos; fim: após 03 horas e 16 minutos) ----------
De seguida, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Pinheiro, que iniciou apresentação power point justificativa dos documentos previsionais, vincando que o Concelho de Mealhada merece mais e melhor, com espírito de ambição apesar do contexto de incerteza que se vive e do peso das transferências de competências, como já abordado anteriormente. Seguiu referindo e explicando os pilares do presente orçamento, que são orientados pelos princípios de sustentabilidade, empreendedorismo e equidade, sendo que essa base assume dez compromissos, os quais identificou e explicou, a

saber: Requalificar e Valorizar o Espaço Público, dando uma imagem mais confiante ao Concelho; Retomar Projeto Luso - Destino de Saúde, Beleza, Bem-Estar e Longevidade, retomar a posição do Luso como produto e destino de eleição nesta vertente; Posicionar a Pampilhosa no Âmbito da Especialização Estratégicas da Região, no âmbito da especialização estratégica, nomeadamente com a plataforma ferroviária; Valorizar Potencial de Afirmação de Cada Freguesia, com não só valorização do espaço público, mas também valorização do património de cada uma; Melhorar a Mobilidade, com mais estacionamento, zonas pedonais e ciclovias, retirando assim carros dos centros urbanos; Atrair Novos Residentes tornando o Concelho mais atrativo, estando o mesmo a poucos quilómetros de dois centros urbanos muito importantes; Promover Expansão e Fixação Empresarial de Iniciativas Empreendedoras, trazendo assim valor acrescentado e inovação ao Município, trazendo igualmente mais residentes com novas dinâmicas; Incentivar e Potenciar Intervenção e Participação dos Jovens, com diálogo permanente nos vários fóruns existentes de modo a mostrar um Concelho com potencial; Apostar na Cultura e no Desporto como Fatores de Coesão Social, algo a retomar e incentivar após o período pandémico, com novas dinâmicas e visão diferenciada, englobando toda a comunidade; Requalificar o Rio Cértima e Seus Afluentes, que é uma vantagem competitiva do Concelho e uma fonte de energia a aproveitar. Seguiu dizendo que para promover, dinamizar e alcançar estes objetivos é necessário o envolvimento de todos os Munícipes, alinhando estratégias e projetos, virados para o Portugal 2030, planeamento da CIM, Centro 2030 e Agenda 2030, e para conseguir tal desiderato torna-se necessário atingir vários objetivos, com múltiplos eixos de atuação e áreas de ação, nomeadamente: ----------

- Concelho mais inteligente: Inovação, Digitalização, Transformação Económica, Desenvolvimento do Território, Desenvolvimento Urbano, Agricultura, Turismo e Infraestruturas para a Competitividade, concretizados com ampliação, valorização e qualificação das Áreas Industriais; Bairro Comercial Digital Luso; Requalificação Quinta do Alberto; Requalificação urbana zonas centrais; Chalet Suisso; Café Esplanada; Habitação Integrada; Beneficiação e qualificação rede viária; Equipamentos Escolares; Equipamentos Culturais e Desportivos; Estratégia Luso Destino Saúde, Beleza, B-E e L; Afirmação Destino Bussaco; 4MMM; Rotas e Percursos e Valorização Caminhos da Fé e Espiritualidade; Espaços Co-work; Eventos temáticos inovação e empreendedorismo; ----------

- Concelho Mais Verde e Hipo Carbónico: Natureza e Biodiversidade, Transição Energética, Infraestruturas/ Equipamentos para a Eficiência e Sustentabilidade, Recursos Hídricos, Alterações Climáticas e Gestão de Riscos, Economia Circular e Floresta concretizados com Requalificação Rio Cértima e afluentes; Valorização Parque Lograssol; Criação Planos de Água; Projeto Mealhada + Verde; Construção e Remodelação de Rede Águas Residuais; Modernização gestão redes de água e controlo de perdas; Remodelação reservatórios; Ligação Sistemas em Alta e Baixa; Regadios Luso, Vacariça e Mealhada; Mercados Municipais Mealhada e

Pampilhosa; Mercados Produtos Agrícolas; Eficiência Energética Edifícios Municipais e Via Publica; Sistemas Inovadores recolha resíduos e Lavadouros Luso.
- Concelho Mais Conectado: Mobilidade e Transportes, Infraestruturas e Equipamentos para a Mobilidade Eficiente e Sustentável e Redes e Estruturas Tecnológicas, concretizados com Plano Mobilidade Sustentada; Continuidade SIT Flexi; Criação Percursos Pedonais e Cicláveis; Promoção da Mobilidade Suave; BipeBipe; Redes e Estruturas Tecnológicas 5G e Sensorização e Internet das Coisas. ----------
- Concelho Mais Social: Emprego, Igualdade de Género, Combate à Violência e Discriminação, Educação e Formação, Saúde, Envelhecimento Ativo e Saudável, Inclusão e Proteção Social e Justiça e Segurança, concretizados com Promover e Apoiar Mais e Melhor Emprego; Agir e Sensibilizar; Melhorar condições, equipamentos, recursos e oportunidades para Mais e Melhor educação – mais alinhada com desafios da competência e competitividade e Promoção de políticas de vida saudável – melhores condições socioeconómicas, ambientais e culturais. ---
- Concelho Mais Próximo dos Cidadãos: Cultura, Património, Terceiro Sector/ Associativismo e Governação, concretizados com Formação e Capacitação de novos públicos; Afirmação do concelho enquanto espaço privilegiado de cultura; Valorização do património e da identidade sócio cultural; Gestão participada e colaborativa/maior envolvimento dos agentes locais e Envolvimento dos jovens na construção de um concelho mais participado. ----------
Seguiu referindo o orçamento de cerca de vinte e quatro milhões de euros, e que se irá trabalhar e perseguir uma premissa de controlo de despesa corrente para fazer face a despesa de capital, algo cada vez mais difícil face às transferências de competências, sendo que na educação terá de se olhar para a despesa como um investimento, defendendo o caminho de capacitar e defender os professores no sentido de estarem mais presentes e com outro papel e encaminhando as crianças para desde cedo construírem um futuro melhor. Terminou por dizer que este é o orçamento para 2023, o qual sabe ser um caminho íngreme de percorrer e que irá acarretar muito esforço mas que em conjunto se chegará a bom porto e que as rubricas de um euro demonstram a ambição de construir um Concelho melhor e crescer ainda mais. (início: após 03 horas e 16 minutos; fim: após 04 horas e 07 minutos) ----------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Pedro Semedo, Frederico dos Santos, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, João Louceiro e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga. ----------
1) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra iniciou por tecer comentário sobre a confusão, deliberadamente promovida pelo PS, de que Estado e PS são a mesma coisa, tendo de seguida a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------
"*Há mais ou menos um ano, na aprovação do orçamento para o ano corrente,*

dissemos que ainda não eram documentos em que nos revíssemos, porque mostrava opções herdadas com quem não concordávamos e não incluía inovações que entendemos ser necessário introduzir. ----------

No projeto de orçamento agora em apreço continuamos a não nos rever. Não vamos tecer considerações injustas sobre o orçamento proposto porque os elementos da nossa bancada querem estar sempre na parte da solução e não na parte de quem cria problemas artificiais. Contudo, queremos reafirmar que o nosso apoio é e será sempre crítico, no sentido em que estaremos vigilantes não só quanto à bondade das propostas, como também da transparência dos atos. ----------

Entendemos que grande parte da atividade executivo, no que respeita a investimento, está ainda muito condicionado por obras herdadas do executivo anterior, é um facto. ----------

Consideramos, porém, haver espaço para apresentar propostas, por exemplo, na habitação. O programa de incentivo à recuperação do património edificado concelhio, que nos parece uma boa política, tem sido algo desvirtuado em parte dos seus objetivos, pois tem-se privilegiado a sua componente como apoio social, o que em si nos parece uma aplicação positiva mas tem sido pouco eficiente na componente de reabilitação, nomeadamente no que respeita à promoção da eficiência térmica e no consequente aumento do conforto dos cidadãos. ----------

Foi falada uma intenção de investir na intervenção em gestão urbana em locais das freguesias, por forma a não só melhorar a vida das pessoas mas também tornar atrativa a compra e restauro de casas devolutas para pessoas que se queiram fixar no Concelho. Acabámos de ouvir. Para chamar investimento privado é necessário criar condições que agradem a quem quer fazer aquilo que é muitas vezes a sua maior aventura financeira. ----------

O investimento público não conseguirá nunca chegar a todas as necessidades. A componente privada é crucial mas necessita de incentivos. Poucos compram uma propriedade em ruas atamancadas e num local com prédios vizinhos em ruínas. Ainda por cima, o Concelho de Mealhada é apontado por ser um Município onde o licenciamento é difícil e moroso. O executivo tem de trabalhar numa organização dos Serviços para os tornar mais eficientes. ----------

A nossa bancada tem notado desde há muito tempo que há um sub-investimento nas Freguesias que não permite uma atividade mais relevante das respetivas Juntas e existe uma situação, ou gera uma situação, de notória desigualdade. De facto, a Junta de Freguesia de Luso mostra como pode ser possível uma atividade mais ambiciosa por parte dos executivos das Freguesias. Todos sabemos que o Luso beneficia de condições privilegiadas e o mal não está aí, o problema está no sub-financiamento das restantes Freguesias. É certo que mais nenhuma terá as potencialidades que Luso tem ao nível, por exemplo, do turismo, o que é óbvio, não carece de explicação mas ter-se-á de conseguir uma solução para potencializar a dedicação e o trabalho das restantes Juntas, com um financiamento mais equitativo. Poder-nos-íamos alongar em exemplos mas todos eles esbarrariam numa realidade, o orçamento está refém de decisões do executivo anterior que constitui uma camisa

de 11 varas de que com as soluções costumeiras a atividade deste executivo terá muita dificuldade em realizar o que anunciou no seu programa. Antes de mais, é importante que todo o investimento seja efetuado em projetos que garantam o retorno com valor acrescentado. Esta afirmação soa ao que é, um truísmo. ----------
Obviamente que todo investimento é executado para garantir um retorno positivo, fazer gastar dinheiro sem esse objetivo não é investimento, é gastar dinheiro. --------
Porém, muitos dos investimentos efetuados nos últimos anos não tem obtidos bons resultados quanto a retorno. Vejamos só a mero título de exemplo, o caso do novo edifício da Câmara Municipal. Reconhecemos que é uma obra importante para modernizar a resposta dos serviços. Porém, depois de muitos anos a pensar no projeto, de avanços e recuos, acaba-se por construir edifício tecnicamente ultrapassado que, de acordo com as palavras do Senhor Presidente, irá gastar mais energia do que os serviços consomem onde funcionam agora. ----------
Aqui chegados, qual é a solução para imprimir uma dinâmica no Governo do nosso Município? Dada a situação estável a nível financeiro, pensamos que deverá ser estudado, muito seriamente, a hipótese de se recorrer à dívida prudentemente, nos limites que as melhores práticas nos aconselham a obedecer para evitar o sobre endividamento. Para iniciativas que tragam o notório valor acrescentado ao bem-estar das populações e poucos custos para as despesas correntes no futuro." (início: após 04 horas e 07 minutos; fim: após 04 horas e 14 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal Frederico dos Santos, no uso da palavra, iniciou por referir que que o relatório do orçamento municipal para o ano de 2023 e o documento do orçamento são bastante diferentes, sendo que o relatório é um documento político que elenca objetivos e linhas orientadoras e vai de encontro à apresentação anterior, já o orçamento é um documento técnico que mostra as receitas e as despesas, mas principalmente evidencia onde se pretende, ou não, investir o dinheiro. Disse depois que dos compromissos elencados muito fica por fazer: remete-se para 2024 intervenções nos centros urbanos; escassas verbas para o Luso, na qual se depreende que esteja incluída a Mata do Bussaco, apesar de segundo informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal não ser possível por Lei financiar mas que nos últimos 11 relatórios de contas disponíveis apenas em um ano não ocorreu transferência de verbas do Município para a Fundação; para a Pampilhosa está atribuído 1 euro para 2023 e anos seguintes; não concretiza como e de que modo vão ser valorizadas as Freguesias; duas rubricas apenas para a mobilidade e estacionamento; habitação e novos residentes sem perspetiva; pouco investimento na participação jovem para além do projeto 231; questiona a obra inacabada das piscinas; refere depois que quanto ao rio Cértima adiam-se as decisões para 2024. Terminou afirmando que se verifica que os grandes investimentos apresentados são obras projetadas pelo antigo executivo e que o apresentado e visualizado é um documento político sem qualquer correlação com o orçamento. (início: após 04 horas e 15 minutos; fim: após 04 horas e 21 minutos) ---
3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por referir que no ano anterior existia uma rubrica com o valor de

1 euro para a Freguesia de Vacariça, sendo na altura explicado que a rubrica tem que estar aberta para futuros investimentos, contudo este ano ocorre o mesmo e então pretendia saber de que forma tal se tornará palpável. Continuou dizendo que a apresentação foi fantástica mas que não quer mais do mesmo, é hora de concretizar as ideias, pedindo mais para a Freguesia de Vacariça. (início: após 04 horas e 21 minutos; fim: após 04 horas e 25 minutos) ----------

4) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por referir que na reunião realizada ao abrigo do Estatuto do direito de oposição tinham apresentado várias propostas, desde: suplemento de penosidade e insalubridade; regularização de situações de precariedade laboral; descentralização de competências, sobre as quais defendem uma rejeição ativa; a reposição de Freguesias, a qual saúda; no domínio dos desenvolvimentos da reabertura da linha ferroviária; as questões de transportes e mobilidade; novo edifício Municipal e questões de habitação e requalificação urbanística no Concelho; propor atenção à criação de comissões de moradores, constituição de conselho municipal de pessoas idosas e também apoio para a saúde e agricultura; colocar os Mercados Municipais em pleno funcionamento; conservação de edifícios escolares; programação cultural; atenção para as populações relativamente às obras da Linha da Concordância; espaços urbanos sem uso; limpeza e recolha de resíduos; revisão de incentivos à natalidade e dos prémios de mérito; assim como as iniciativas desportivas com envolvimento dos Munícipes. Seguiu assinalando a falta de rigor quando se refere que "*o executivo apresentou ao eleitorado um projeto de governação que mereceu de forma inequívoca o voto e a confiança dos munícipes*" dado que o executivo se formou após eleições e é constituído por várias forças políticas, observando que a referência à "*agitação social como fator de agravamento do cenário macroeconómico para 2023*" é uma formulação errada e que tal não deve ser entendido como um elemento que deva ser acusado como fator de agravamento mas sim essencial para enfrentar os problemas que existem no país, e esta conceção como algo negativo envolve uma visão reacionária daquilo que é a contestação social, que tão necessária está a ser. Assinalou também que o relatório apresentado coloca as transferências de competências como um processo que vai condicionar as expectativas e o estabelecimento de prioridades, o que vai ao encontro do que o PCP tem vindo a afirmar. Referiu igualmente a falta de valorização dos trabalhadores e a falta de verba para os suplementos de penosidade, assim como o impacto sofrido pela população do Travasso e que merecia outra atenção, referindo ainda a falta de desenvolvimento sobre a certificação do Leitão da Bairrada. Deixou nota de preocupação relativamente aos encargos que o Município vai acabar a suportar por causa de equipamentos e edifícios escolares. Assinalou a falta de vida da baixa de Pampilhosa, que leva a encerramentos de estabelecimentos comerciais. Terminou vincando a questão da insuficiência de meios para as freguesias poderem realmente assumir a transferência de competências e ainda a previsível insuficiência de verbas para habitação. (início: após 04 horas e 26 minutos; fim: após 04 horas e 41 minutos)

5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso

da palavra, iniciou por referir que as Piscinas de Mealhada fecharam em abril de 2021, com prazo de execução da obra de 240 dias, ou seja dezembro de 2021, e portanto alguma coisa falhou. Partilhou de seguida que o anterior executivo comprometeu-se em 2020, com obras no valor de seis milhões de euros para as Freguesias de Casal Comba, Antes e Barcouço e aí também a Freguesia de Vacariça tinha sido esquecida, acrescentando que essas obras têm de ser pagas. Lembrou também que em votação de orçamentos anteriores, os mesmos eram aprovados por unanimidade mas posteriormente gastavam-se somas avultadas em aquisições em que ninguém era tido nem achado e essas verbas apareciam, e portanto uma rubrica ter um euro ou dois milhões de euros é irrelevante, interessando sim definir estratégia de futuro para o Concelho. Terminou dizendo que PT2030 está atrasado e as Câmaras Municipais, para recorrer a fundos comunitários, terão de o fazer através dessa forma de financiamento, informando estar a ser pressionado pela CCDR para entrega do projeto ao qual se quer candidatar, nomeadamente, a requalificação do estaleiro da Junta de Freguesia e não o contrário. (início: após 04 horas e 41 minutos; fim: após 04 horas e 45 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que para fazer projeto é necessário existir rubrica, e como tal a mesma é criada com o valor de um euro e posteriormente, quando possível, é reforçada pois a despesa está comprometida com projetos do passado. Referiu que este foi um ano de projeto e remodelação, e que quando apresentar o relatório de contas de 2023 responderá completamente pelo mesmo, terminando a dizer que existe projeto para Travasso, a efetuar quando possível, e que a certificação do Leitão da Bairrada é um processo que está a ser conduzido com a Rota da Bairrada. (início: após 04 horas e 45 minutos; fim: após 04 horas e 49 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Isabel Dias Santiago, João Eduardo da Silva Pereira, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Paulo Manuel Madeira Serafim, Sandra Isabel Baía Semedo, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário José de Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo e onze abstenções dos Senhores Deputados Municipais: Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Rui Manuel Ribeiro César, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, João Manuel Lima Louceiro, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos

termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 49 minutos; fim: após 04 horas e 50 minutos) ----------

Ato contínuo, e não havendo mais inscrições para usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação a continuidade dos trabalhos, no cumprimento do artigo 29.º do regimento da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade a continuação dos trabalhos. (início: após 04 horas e 50 minutos; fim: após 04 horas e 50 minutos) ----------

10) PROPOSTA N.º 104/2022 – MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MEALHADA PARA O ANO DE 2023: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, acrescentando ainda que o suplemento de penosidade e insalubridade foi alargado a trabalhadores que nem sempre estão enquadrados nessa Lei. (início: após 04 horas e 51 minutos; fim: após 04 horas e 52 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais Frederico dos Santos e João Louceiro. -

1) O Senhor Deputado Municipal Frederico dos Santos, no uso da palavra, iniciou por assinalar que consta do Mapa de Pessoal, na Divisão de Obras Municipais e Intervenção Paisagística, provimento de 2 novos técnicos superiores na área de formação em arquitetura, sendo justificado pelo facto do técnico atual se encontrar em período experimental noutra entidade e como tal, sendo usual a Câmara Municipal recorrer a outros instrumentos de contratação pública para cobrir temporariamente este tipo de necessidades, questiona se o concurso para prover este lugar vai avançar antes do término do citado período experimental do atual funcionário. (início: após 04 horas e 52 minutos; fim: após 04 horas e 54 minutos) --

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma confirmou que o concurso iria avançar. (início: após 04 horas e 54 minutos; fim: após 04 horas e 54 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por vincar que quanto ao suplemento de penosidade e insalubridade não existe atribuição do nível máximo, assinalando também que os mapas de pessoal da autarquia, respondendo formalmente ao que a lei exige, ocultam uma realidade que é a do significativo recurso à contratação em regime de prestação de serviços. Prosseguiu saudando a celebração do acordo coletivo de trabalho entre a Câmara Municipal e o STAL, perguntando se esse acordo comporta algum conteúdo que se refira a este suplemento. Continuou questionando o mapa no setor de educação e como tal se compagina com a listagem de compromissos plurianuais que comportam uma série de contratos de prestação de serviços em regime de avença, assim como no Gabinete de Inovação e Juventude constam 2 postos de trabalho a prover questionando se serão os que hoje existem como prestação de serviços em regime de avença. Seguiu dando nota que no descrito acerca do conteúdo funcional da caracterização de postos de trabalho para a categoria de assistente operacional,

auxiliar de ação educativa, não constam – e não deviam constar - tarefas do âmbito dos profissionais de saúde, que extravasam as suas funções e as quais muitas vezes desempenham, assim como no caso das crianças com necessidades educativas especiais, situações que urge acompanhar e esclarecer, bem como em quais instalações municipais serão desempenhadas as funções descritas. (início: após 04 horas e 54 minutos; fim: após 05 horas) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma esclareceu que as funções dos assistentes operacionais serão desempenhadas nos agrupamentos escolares mas também nos edifícios municipais, mas em função de uma escala e dos interesses da escola, sendo que esses funcionários não são técnicos de saúde, terão que dar apoio e informação nesse sentido, tendo no caso de crianças com necessidades educativas especiais formação para apoio aos mesmos. Na questão do mapa da educação, tem que ver com as AEC e que a mudar seria só para o próximo ano letivo. Clarificou que no acordo celebrado com o STAL, foi discutida mas não ficou prevista a questão do citado suplemento de penosidade e insalubridade. (início: após 05 horas; fim: após 05 horas e 02 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Isabel Dias Santiago, João Eduardo da Silva Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, Paulo Manuel Madeira Serafim, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 03 minutos; fim: após 05 horas e 03 minutos) ----------

11) PROPOSTA N.º 105/2022 – AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe e não existindo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira, Isabel Dias

Santiago, João Eduardo da Silva Pereira, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Rui Manuel Ribeiro César, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Alexandre Edgar Mendes Rebelo, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, Cláudia Cristina Semedo Fernandes de Melo, Paulo Manuel Madeira Serafim, Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira, e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 05 horas e 04 minutos; fim após: 05 horas e 04 minutos) ----------

---Posteriormente o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, referiu que enviaria uma Declaração de Voto aos Serviços do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, cujo conteúdo aqui se transcreve: ----------

"*A autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais é um instrumento facilitador da decisão e da gestão das opções que são, naturalmente, as assumidas por maioria no executivo municipal e sufragadas por maioria, também, nesta assembleia. É, portanto, um instrumento para a realização das opções da maioria autárquica.* ----------

Temos vindo a levantar dúvidas relativas a numerosas situações que surgem na forma de compromissos plurianuais assumidos pelo executivo municipal. Falamos, de novo, do recurso a contratações em regime de prestação de serviços na forma de avença. São, neste caso, opções que estando mais ou menos generalizadas na gestão autárquica, são de legalidade, no mínimo duvidosa. Situações de trabalho subordinado que, pela lei, devem ser tutelados por contratos de trabalho, são tratadas – porque assim é mais fácil e se generalizou essa prática – como meras prestações de serviço que têm outro enquadramento legal. São situações, também, que contendem com o direito que vigora no acesso ao trabalho na função pública.

Em coerência com as dúvidas que vêm sendo por nós sucessivamente levantadas e convictos de que os compromissos plurianuais, instrumento de realização das opções da maioria autárquica, podem e devem ser assumidos por esta maioria, abstivemo-nos na votação da proposta n.º 105/2022." ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 01 horas e 41 minutos, do dia 13 de dezembro de 2022, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim Rui Miguel Esteves Machado, Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. ----------

Mealhada, 13 de dezembro de 2022. ----------
O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------
Carlos Alberto da Costa Cabral. ----------